

# Espaço CREMERS

## A Escola Médica e a Legitimidade do Estado

**CARLOS EHLKE BRAGA FILHO**

Médico-legista e professor universitário.

A existência de processos ideológicos associados à ciência é marcante e se dá em consequência da divisão social do trabalho, o que resulta numa cultura dominante e numa dominada. A cultura dominante atenderá os interesses do poder e sua ideologia e desprezará os saberes do cotidiano e se colocará em uma posição crítica aos valores populares (do senso comum), para assim manter o domínio. Esses valores do senso comum não interessam aos objetivos econômicos da sociedade centrada no lucro.

A função social da divisão hierárquica do trabalho não é baseada somente em critérios técnicos, e significou na medicina o controle não simplesmente do mercado, do equipamento e instalações, mas também da própria ciência.

Mas, na área da saúde, para ter o controle da produção do conhecimento técnico são importantes a produção sistemática de patentes de medicamentos, de instrumental técnico e a monopolização do mercado; nesse aspecto o uso das universidades para gerar e preservar conhecimento técnico foi e continua sendo bastante eficaz.

Na prática pode ser constatado que aqueles indivíduos que não são vistos como potenciais contribuintes para a maximização da produção de conhecimento técnico/administrativo são considerados e rotulados como desajustados ou incompetentes. Em função, principalmente, da divisão generalizada entre trabalho mental e trabalho manual, geralmente acabam por ser privados do conhecimento necessário, tanto para compreender quanto para dirigir aspectos importantes do processo de produção.

Mesmo sabendo que existe apenas a valorização do trabalho intelectual, ainda entre estes, aqueles que rejeitam ou são rejeitados por esse cálculo particular de valores são “colocados” como mão-de-obra excedente, estão na maioria dos serviços públicos de medicina, nos pequenos con-

sultórios e hospitais do de pequenas cidades do interior, distante do acesso à tecnologia.

Constatamos que não é essencial, da perspectiva do capital, que todos tenham um conhecimento técnico refinado em suas cabeças, e traduz-se que o êxito torna-se outra vez ligado à origem social, fato argumentado por Pierre Bourdieu.

Poderíamos traçar a hipótese de que o conhecimento técnico funciona através das escolas como uma força de reserva de conhecimento, da mesma forma que a economia necessita de uma força de reserva de trabalhadores e, por essa razão, por exemplo, onde prevalece a ideologia liberal, não há medidas reais de combate ao desemprego.

Pode ser observado principalmente no Brasil com seu modelo político de socialização dos custos e privatização dos lucros, na medicina esse processo cada vez é mais fulminante, sem que os próprios médicos possam se insurgir contra a atual tendência do Estado em delegar seu dever constitucional de se responsabilizar pela saúde.

Estão nas nossas vistas os planos de saúde tentando excluir de sua cobertura os procedimentos de terapêuticas mais onerosas, situação que é contestada diariamente na justiça, sem que o poder legislativo tome alguma providência resolutiva.

O aparato de Estado pode ser visto como relações de dominação de classe, e a intervenção do Estado subsidiando o capital diretamente através de medidas fiscais, envolvendo o papel em assumir uma parte maior dos custos sociais do capital privado, custos que são assumidos pela maioria da população trabalhadora, através dos impostos, única forma que nossos governantes usam para “administrar o Estado”.

Com o poder crescente da moderna burguesia dentro do aparato econômico e cultural, o foco sobre o conhecimento técnico/administrativo

permite à escola fazer duas coisas. Ela aumenta sua própria legitimidade perante esse importante segmento de classe e, o que é tão importante quanto isso, permite que esse mesmo segmento de classe use o aparato educacional para reproduzir a si mesmo. A escola não responde apenas às “necessidades do capital”, ela tem também que manter sua própria legitimidade perante seus outros clientes, nas palavras de Michael Apple.

A ideologia dominante inclui a ênfase na educação baseada na “competência”, instrução sistêmica, educação profissionalizante, significa um ritmo crescente de intervenção do Estado e cada uma dessas intervenções é planejada tendo em vista duas finalidades: tanto para não pôr em risco o funcionamento básico do aparato econômico quanto para manter a legitimidade das instituições políticas.

Aqueles grupos de pessoas que não “podem” contribuir para a maximização de sua produção são rotulados e estratificados. Eles se tornam então “beneficiários” de quantidades relativamente pequenas do dinheiro do Estado, sendo inserido nos serviços públicos, nos serviços terceirizados pelo Estado, em geral com baixa remuneração e péssimas condições de trabalho. A alternativa de sobrevivência é a união e organização para que seja possível garantir seus direitos essenciais, cada vez mais ignorados pelos dirigentes do Estado na área da saúde e evidente em todas as áreas.

A escola cria uma ordem social injusta reproduz a si mesma, envolve a seleção, organização, produção, acumulação e controle de tipos específicos de capital cultural. Essas escolas, que estão parcialmente organizadas para produzir este tipo de mercadoria cultural e o contexto dos arranjos sociais que determinam os usos que serão feitos das mercadorias.

A escola, no plano ideal, deveria contribuir para o processo de acumulação, produzindo tanto os

agentes para um mercado de trabalho hierarquizado quanto o capital cultural do conhecimento técnico/administrativo, devendo legitimar as ideologias de igualdade e mobilidade de classe.

A necessidade de eficiência econômica e ideológica e de uma produção estável tende a estar em conflito com as outras necessidades políticas, já por essa razão nossas instituições educacionais podem conceder um tratamento diferenciado aos estudantes, de acordo com sua classe, gênero e raça, contribuindo assim para reproduzir a divisão social do trabalho e sancionar a desigualdade. Nesse ponto se iniciam medidas corretivas como as cotas

para negros, mulheres e deficientes e evidentemente têm sido rejeitadas pelos “inseridos” no mercado.

As práticas pedagógicas médicas usadas são responsáveis em boa parte pelo fenômeno que faz com que os estudantes internalizem o fracasso, vendo esse processo de classificação como um problema individual, sua trajetória moral é tal que eles viverão o papel atribuído pelo rótulo.

O chamado “provão” é outro mecanismo de dominação, pois na realidade apenas avalia a formação técnica e nada de concreto faz para impedir o funcionamento de escolas, que na sua avaliação não possuem as mínimas condições de continuarem oferecendo cursos de medicina.

O mercado médico já apresenta os “cursinhos pré-provão”, evidentemente outro mecanismo de mercantilização do ensino, disponível aos alunos detentores de capital, e assim agindo como outra forma sofisticada de sancionar a desigualdade, resultando uma avaliação irreal, mas com o referendo governamental e dos proprietários das escolas que formam profissionais para o mercado.

A intervenção crescente do Estado para apoiar essa lógica enfraquece a base de sua legitimidade como representante do interesse geral, e nossa função, além da indignação, é continuar denunciando essas contradições e ações contrárias ao interesse da maioria da população.